



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 16.196/18 **PARAÍBA PREVIDÊNCIA**

Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1 TC 1357/2020

RELATÓRIO

Trata-se de processo com vistas à apreciação da legalidade do ato concessório de aposentadoria da Ex-servidora, a Sr.^a Rosilda Gomes da Silva, ex-ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, matrícula nº 128.539-4, lotada na Secretaria de Estado da Educação, cujo o tempo de contribuição foi de 33 anos e 19 dias, com idade de 62 anos, sendo a aposentadoria concedida com fulcro no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88 c/c art. 1º da Lei 10.887/04.

O órgão de instrução, inicialmente sugeriu a notificação da autoridade competente para que anule a Portaria – A – Nº 1572 (fl. 62) e retifique o cálculo proventual da beneficiária de acordo com a regra anteriormente aplicada, ou seja, a regra do art. 3º, incisos I, II e III da EC nº 47/05. Adotadas as providências sugeridas, que sejam enviadas cópias da portaria de anulação e sua respectiva publicação, bem como o demonstrativo de pagamento atualizado de acordo com a regra sugerida.

Instado a manifestar-se o Ministério Público, por meio de parecer da lavra da Procuradora Dr.^a Isabella Barbosa Marinho Falcão, em concordância com o Órgão Técnico, sugeriu baixa de Resolução com vistas à retificação dos valores dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 16.196/18 **PARÁIBA PREVIDÊNCIA**

proventos, tendo em vista que o cálculo foi realizado em desacordo com os normativos que orientam a concessão dos benefícios previdenciários, conforme descrito acima. Além disso, recomenda-se ao Gestor que não incorra, novamente, na irregularidade apontada.

É o relatório, informando que foram dispensadas as notificações para a sessão.

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

Data máxima vênia, considerando que de acordo com o Acórdão APL TC nº 0166/2020, (Proc. 09987/19), restou assente por esta Corte de Contas a legalidade da concessão de aposentadoria com fulcro no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a” da CF/88 c/c art. 1º da Lei 10.887/04, um vez que a partir da Emenda Constitucional nº 041/2003, a integralidade deixou de ser a regra geral, passando a regular alguns casos enquadráveis em regras de transição e, desde então, a base de cálculo dos proventos passou a ser a média contributiva do servidor.

No caso em tela vislumbra-se que houve a incidência de contribuição previdenciária sobre a parcela “Gratificação de Atividades Especiais – GAE”, conforme fls. 21/45. O valor do provento foi calculado conforme fls. 50/52, cujo benefício médio foi de R\$ 1.189,23, no entanto a aposentadoria foi concedida no montante de R\$ 1.044,15, que corresponde a última remuneração do cargo efetivo.

Dito isto, voto que esta 1ª Câmara conceda o registro da aposentadoria da Ex-servidora, a Sr.^a Rosilda Gomes da Silva, ex-ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, matrícula nº 128.539-4.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC N.º 16.196/18
PARAÍBA PREVIDÊNCIA

DECISÃO DA 1ª CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, em conceder registro ao ato de aposentadoria do(a) **Sr.ª Rosilda Gomes da Silva**, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pelo órgão de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE/PB– 1ª Câmara Virtual
João Pessoa, 10 de setembro de 2020.

Assinado 15 de Setembro de 2020 às 10:45



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE

Assinado 15 de Setembro de 2020 às 10:28



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 15 de Setembro de 2020 às 11:36



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO